



PARA ALÉM DAS ESQUINAS: SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DAS TRAVESTIS BRASILEIRAS

PINHEIRO, Tarcísio.

*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-graduação
em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN*
tarccisio@gmail.com.

668

RESUMO

O léxico “travesti”, analisado enquanto categoria de gênero, quase sempre esteve inculido em denotações pejorativas. Promiscuidade, desvio, vida fácil e, sobretudo, aproveitamento, foram sinônimos corriqueiramente vinculados a este grupo. Alguns autores, como Benedetti (2005), Kulick (2008) e Pelúcio (2009) salientam que muitos desses adjetivos negativos foram/são atribuídos às travestis como consequência da prostituição. No entanto, estes mesmos autores chamam a atenção para a ideia de que, por mais que estes indivíduos tentassem preencher atribuições sociais que diferissem daquelas alocadas nos *campos de batalha*, a sociedade, que perpetua o discurso heteronormativo, ratificou convenções sociais para impossibilitar a inserção desse grupo no contexto de socialização tido como normatizado. Partindo deste pressuposto, abordar-se-á no presente ensaio os subsídios inerentes ao processo de construção de subjetividades das travestis brasileiras.

Palavras-chave: Travestilidade; Subjetividades; Cidadania.

ABSTRACT

The lexicon "transvestite", considered as a category of gender, almost always instilled in pejorative denotations. Promiscuity, misuse, easy life and, above all, exploitation, synonyms were routinely linked to this group. Some authors, like Benedetti (2005), Kulick (2008) and Pelúcio (2009) point out that many of these negative adjectives were /are assigned to transvestites as a result of prostitution. However, these same authors call attention to the idea that, even though these individuals attempted to fill social roles that differ from those allocated on the battlefield, the society that perpetuates the heteronormative discourse, social conventions ratified to preclude the inclusion of this group in the context of socialization considered standardized. Under this assumption, will be addressing in this essay-subsidies inherent in the construction of subjectivities of Brazilian transvestites process.

Keywords: transvestite; subjectivities; Citizenship.



Gênero e travestilidade(s): Características e aspectos teóricos fundamentais.

Imaginar práticas tidas como subversivas inerentes ao gênero e as sexualidades deriva um emaranhado de posicionamentos contrários e abusivos, afinal reconhecer tais exercícios de cidadania influi numa possibilidade de desmantelamento e de supressão do modelo binário e heteronormativo vigente.

Na contramão dessa acepção que prescreve a dicotomia macho/homem *versus* mulher/fêmea, são contempladas as análises das/os teóricas/os feministas *queer*. A teoria *queer*, ou *queer theory*, se debruça na discussão de gênero partindo do pressuposto de que a orientação e a identidade sexual manifestam-se em decorrência de uma construção social e, por esse motivo, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente calcados na natureza humana. De acordo com Butler (2010), essa visão binária que prescreve o gênero (cultura) como consequência direta do sexo biológico (natureza) deve ser vislumbrada como um mecanismo de reprodução à qual denomina como “heterossexualidade compulsória”. Com o intuito de desmistificar essa lógica reprodutivista, a autora ressalta a importância de subverter a ordem compulsória, desconstruindo a obrigatoriedade relacional entre sexo e gênero. Para ratificar essa concepção, Butler propõe que

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza (BUTLER, 2010, p.25).

A heterossexualidade compulsória norteia uma estrutura complexa que possibilita, através das instituições escolares, religiosas, tecnológicas, domésticas, médicas, a produção de corpos-homens e corpos-mulheres (BENTO, 2006) que reproduzem práticas que se consolidam ao decorrer do tempo. Essas ações orquestradas são denominadas por Butler como performances de gênero.

A ratificação da cidadania de categorias de gênero que não se adéquam ao viés acima problematizado esbarra, portanto, numa tentativa quase sempre frustrada de desestruturação desse modelo linear.

Aceitar esse processo subversivo acarretaria um desmantelamento da dicotomia sexo/gênero, ocasionando uma ruptura nas normatizações concebidas pelo heterossexismo e



pelo regime do patriarcado. Assim, a opressão sofrida pelas minorias sexuais e pelas mulheres estaria comprometida.

A marginalização das identidades de gênero dissidentes – nas quais a travestilidade está alocada – ocorre pelo simples fato destas supostamente não estarem aptas a reproduzirem o modelo de sistema sexual binário. Por consequência, não estão habilitadas a conviver com aqueles que o reproduzem tal doxa.

Ganhando o dia na escuridão da noite: o paradoxo da cidadania travesti.

A literatura nacional atinente à temática da travestilidade reverbera uma gama de estudos que declinam suas atenções ao corpo e ao gênero das travestis. O pioneirismo acadêmico inerente a tal abordagem é atribuída ao antropólogo Hélio Silva. Ao etnografar o cotidiano de travestis cariocas, sobretudo daquelas que viviam no reduto boêmio do bairro da Lapa, o autor preconiza o paradoxo vinculado ao grupo pesquisado. De acordo com Silva (1993), “Travestis possuem dupla pele: a de purpurina e a de humilhação”, uma alusão à rotina marcada tanto pela “purpurinização” dos corpos, bem como pela desmoralização advinda da sociedade heteronormativa. Essa desmoralização, acoplada à rotina da prostituição, é imbuída das incertezas da noite, conforme aponta o antropólogo:

Expor-se na calçada a cupidez do cliente é entregar-se ao acaso em um grau não experimentado em zonas, nas boates ou nas casas de massagem, onde a própria instituição já filtra, conduz, inibe. Na calçada, não. O imprevisto desta é o dia-a-dia (SILVA, 1993, p. 66).

É imprescindível pontuar que, embora o trabalho de Silva (1993) seja extremamente salutar para discussão da travestilidade em âmbito nacional, não abrange nem problematiza, entretanto, o gênero enquanto categoria de análise, conforme aponta Peres (2005). Segundo ele,

Entre seus interesses, o autor priorizava preocupações com a construção do feminino sem, contudo, problematizar as relações de gênero. Em seu diário de campo nos contempla com observações etnográficas que revelam o dia-a-dia das travestis, divididos entre experiências ocorridas, pelas manhãs, tardes e noites, mostrando a construção da estética travesti e suas relações com as pessoas, com a comunidade e consigo mesmas (PERES, 2005, p.23).

A etnografia acerca do cotidiano das travestis cariocas possibilitou e serviu de referência para vários trabalhos posteriores. Mesmo aqueles que surgiram com o enfoque demarcado pelos estudos de gênero – Kulick (2008), Benedetti (2005), Pelúcio (2009), Duque (2009) –, utilizaram as acepções de Silva (1993) como elementos basilares na construção de suas respectivas pesquisas.



Em outro estudo etnográfico, realizado na cidade Salvador/BA no final década de 1990, o antropólogo Don Kulick (2008) constrói um arcabouço teórico em que também utiliza como eixo central de investigação o universo travesti. Ao entrevistar treze travestis soteropolitanas, Kulick promove um avanço na investigação de tal categoria, pois, além de descrever e debater as particularidades presentes nas condutas de mudança corporal em detrimento da prostituição, também pondera idiossincrasias pertinentes à vida social, utilizando a categoria “gênero” como viés fundamental de análise, avanço significativo em relação às pesquisas de Hélio Silva.

Assim, tessituras da obra de Kulick registram um reforço importante à antropologia do corpo e de gênero, ao inferir que, embora o “feminino natural” seja admirado pelas travestis, a busca pela identidade própria é latente. Segundo ele,

[...] as travestis desenvolveram maneiras de negar o desejo de adquirir a feminilidade natural das mulheres. A mais evidente é sua afirmação de que não se consideram mulher, nunca desejaram ser mulher e jamais cogitaram a possibilidade de se submeterem a uma cirurgia de mudança de sexo que lhes daria aquilo que é, reconhecidamente, objeto da luxúria dos homens. Elas não precisam de uma “buceta” para atrair os homens, garantem, e respondem em alto e bom som às provocações das mulheres prostitutas que zombam delas. As travestis têm seus próprios encantos (Kulick, 2008, p.212).

Tal ponderação pode servir de base para uma analogia à produção teórica desconstrutivista de Judith Butler, abordado anteriormente, quando esta pontua as ambiguidades do discurso fortemente essencialista presentes no binarismo sexo/gênero. Tanto Kulick quanto Butler vislumbram a performatividade de gênero independente do sexo natural. A travestilidade pode, portanto, ser abstraída como uma categoria autônoma daquelas que foram, ao longo do tempo, naturalizadas: à luz das ideias desses dois autores, travestis não são homens, assim como não mulheres.

Não adequar-se ao papel de gênero pré-estabelecido denota uma série de percalços àqueles que não seguem esta doxa. Dessa maneira, restaram, para aqueles que apresentam performances de gênero dissidentes, práticas sociais escamoteadas tidas como desviantes e o universo noturno das calçadas, no caso específico das travestis, concretizou-se como o principal local para sociabilização e trocas simbólicas.

Num trabalho realizado com travestis da cidade de Porto Alegre, o também antropólogo Marcos Benedetti discute a importância dos espaços de prostituição para a organização social das travestis ao afirmar que

Os territórios de prostituição constituem um importantíssimo espaço de sociabilização, aprendizado e troca entre as travestis. Mesmo aquelas que



exercem a prostituição apenas esporadicamente frequentam esses lugares. Há travestis que tem nas zonas de *batalha* o principal (e às vezes o único) ponto de encontro e convívio social. Assim, esses lugares são muito mais que espaços de trabalho e fonte de renda; é nele que muitas *monas* fazem amizade, compram e vendem roupas, objetos, materiais de *montagem*, perfumes, adornos, drogas, etc. É também nestes lugares que aprendem as técnicas de transformação do corpo, incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos *truques* e técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (principalmente os sexuais), aprendem o *habitus* travesti. Esse é um dos importantes espaços em que as travestis se constroem corporal, subjetiva e socialmente (BENEDETTI, 2005, p.115).

A destreza do autor é fundamental para que se possa entender como o espaço de sociabilização heteronormativo marginaliza o universo das travestis, aglomerando-as em territórios nos quais suas “práticas” não venham a influir diretamente na dinâmica normatizada e tradicional. O “*habitus* travesti” emerge, principalmente, da impossibilidade de convivência nos demais locais de convívio social.

Para Peres (2005), a supressão social inculcada na realidade das travestis apresenta elementos de caráter social, tais como fome, desemprego, condições esdrúxulas de moradia; assim como é igualmente demarcada por premissas de ordem moral que condenam as suas escolhas dos modos de composição existencial, considerando a ousadia que as mesmas apresentam por alterar os limites de seus próprios corpos. A sociabilidade torna-se abjeta.

Essa abjeção faz com que o simples fato de caminhar na rua se torne uma batalha constante, visto que as travestis, em sua grande maioria, carregam em seus corpos a marca da subversão. A não adequação às performances de gênero heteronormativa constitui uma impossibilidade de exercício de cidadania e afirmação identitária. Ao se travestirem, estas assumem o compromisso com diversas incertezas.

Ao discutir o contexto de violência referente às vidas das travestis, os autores são unânimes em inferir que, além da violência simbólica, agressões físicas são constantes. É salutar fazer o adendo de que esses atos ocorrem não somente nas áreas de prostituição e sim no dia-a-dia do grupo em discussão. Kulick (2003), por exemplo, faz algumas ponderações acerca desta dinâmica ao relatar que

Elas (*travestis*) precisam estar preparadas para enfrentar comentários desairosos (que partem tanto de homens quanto de mulheres) e tentativas de agressão física (por parte daqueles). Travestis se veem obrigadas a reafirmar a cada instante seu direito de ocupar o espaço público. Elas sabem que, a qualquer momento, podem se tornar alvo de agressão verbal e/ou física por parte daqueles que se sentem ofendidos pela simples presença de travestis nesse espaço (KULICK, 2008, p.47).



Benedetti (2005) também pontua esse âmbito de violência está presente na convivência das pesquisadas. Discorre:

Aprendi que a violência parece ser um código legítimo (...). Ações violentas, físicas ou simbólicas são dirigidas diariamente contra as travestis. Elas também vivenciam cotidianamente situações de exclusão e estigmatização pautadas pela violência (BENEDETTI, 2005, p.47).

Esses atos de brutalidade são muitas vezes somados a outros estigmas como, por exemplo, o vírus HIV/AIDS. Numa outra pesquisa etnográfica, realizada com travestis de São Paulo, Pelúcio (2009) faz algumas considerações acerca do modelo preventivo de AIDS aplicado à realidade das travestis daquele local, indicando como a doença e os estereótipos relacionados a ela exercem uma função de subjulgamento e funciona como mais um artifício para o impedimento e empecilho da cidadania das travestis pesquisadas.

A grande maioria desses meios de estigmatização pode ser vislumbrada nas mais amplas escalas sociabilizáveis das travestis, podendo ser compreendidas nos vários meandros de relação, tais como a escola, os círculos familiares, assim como as relações entre as próprias travestis.

Um fato grave e preocupante deve ser enfatizado. A literatura que subsidiou os elementos teóricos que constituem este artigo constata que o fator analítico “violência”, além de estar presente na rotina do fazer-se travesti, compõe uma categoria basilar de análise. Esta, em suas mais amplas tipificações, abarca um viés intrínseco a construção da subjetividade das travestis. Em absolutamente todos os ensaios sobre este universo os abusos cometidos passaram, aos poucos, a serem naturalizados. Travestilidade, barbaridades, excessos, violência (inclusive letal) tornaram-se, paulatinamente, sinônimos inseparáveis.

Sobre identidade e valores simbólicos.

A construção da identidade travesti é perpassada por diversas características distintivas. Ainda na infância o processo de supressão e a impossibilidade de expressar a sexualidade evocam dúvidas e incertezas acerca dos desdobramentos inerentes ao processo de sociabilização.

As construções e os valores simbólicos atribuídos a meninos e meninas logo no princípio de suas vidas são os primeiros componentes das confusões de gênero iniciais. Por mais redundante que possa parecer, as performances esperadas ratificam que homens devem agir e comportarem-se como homens e mulheres precisam agir e comportarem-se como



mulheres. Assim, as instituições familiares, religiosas, educacionais, médicas, sancionam regras e modelos padronizados que suscitam condutas coercitivas a serem obedecidos.

Fora mencionado nos meandros deste ensaio como a linearidade naturalizada a partir da dicotomia sexo (natureza) diretamente proporcional ao gênero (cultura) forneceu os elementos de manutenção dessas conjecturas comportamentais através de sinuosidades e convenções sócio-históricas.

A sistematização e organização das etnografias nacionais acerca da travestilidade denotam como a falta de referências e, muitas vezes, a marginalização das práticas não heteronormativas promovem ainda nos primeiros anos de vida uma gradual sensação de culpa e não pertencimento aos contornos familiares, educacionais, etc. São esses aspectos que despertam o precoce estopim para os casos de evasão escolar e as expulsões de casa.

É notório nas ideias dos autores que servem de base bibliográfica para este estudo que a fase acima citada constitui o primeiro, e talvez principal, momento da construção identitária das travestis. Marginalizadas do convívio genealógico, incompreendidas no entremeio educacional e inadequadas para poderem ir e vir tranquilamente, estas procuram meios em que sua cidadania e seu(s) comportamento(s) não venham a causar nenhuma desestruturação.

Na busca por referências, as travestis encontram no ambiente noturno os principais códigos inclusivos. O primeiro contato, que quase sempre ocorre ainda na adolescência, se faz através de travestis que vivem na noite ou pessoas que convivem com as mesmas. Estas, através de códigos específicos, demonstram os truques e as maneiras de vestir, andar, comportar. As, até então, neófitas vão apreendendo os indicadores comportamentais e, aos poucos, passam a reproduzi-los.

A dinâmica e o processo envolvendo valores simbólicos são progressivamente inculcados à realidade das travestis adolescentes que, para serem e sentirem-se peças úteis no novo espaço de convívio, adotam artifícios de proximidade social com as mais velhas. A consequência deste(s) ato(s) abarcam desdobramentos positivos e negativos, pois, ao mesmo tempo em que agregam novos fatores como gestos e técnicas de enfrentamento sociais e pessoais, podem também incorporar riscos e atitudes danosas como a inserção de silicones industriais e, em casos mais extremos, relações diretas com o uso e tráfico de drogas (BENEDETTI, 2005).

Ao fazerem alusões aos primeiros contatos de travestis com a prostituição, alguns autores reforçam a tese de que este é o mais fácil, e na maioria das vezes o único, meio em que



as jovens travestis encontram para sobreviverem. As correlações feitas entre travestilidade e elementos como sexualidade e luxúria sugerem como o “fazer vida” se torna um local comum. É pontuado por Simpson (2011, p.113) que “falar de trabalho formal ou convencional para travestis é ainda um desafio: enquanto elas forem vistas somente como objeto de desejo sexual não haverá nenhuma mudança nesse quando”. As poucas possibilidades subversão desta representação dificultam a construção de relativizações dessa teoria.

Na construção de uma pesquisa que se abeberou na análise das *montagens e desmontagens* de travestis adolescentes da cidade de Campinas entre os anos 2007 e 2009, Duque (2009) reitera algumas particularidades e generalizações componentes do universo da travestilidade na juventude, salientando que a “plasticidade” social e corporal é uma idiossincrasia cotidiana. Porém, os meandros constituintes desta mesma “plasticidade” não podem/devem generalizados, visto que contam com práticas e discursos amplamente subjetivos e, por vezes, divergentes.

Uma das jovens travestis entrevistadas por Duque defendia vorazmente um discurso, denominado pelo autor como “abolicionista” (DUQUE, 2009, p.37), contra a prostituição. Na ocasião, esta mesma adolescente inferia, inclusive em eventos em que foi convidada para palestrar, que o mais correto seria a promoção de políticas públicas que viessem a amenizar os danos provocados pela “vida de programa” e que respeitassem a identidade de gênero em questão.

Entretanto, é pontuado pelo autor que, em um dos momentos em que a entrevistou, foi revelado pela mesma que ela fazia programa desde o início da puberdade. Houve, inclusive, uma ascensão no patamar hierárquico, tomando por base o fato de que entrevistada já usufruía de benefícios advindos da *batalha*¹. Sobre esta circunstância Duque (2009) descreve:

Esta adolescente, durante a pesquisa, morava com a mãe, mas atuava no mercado do sexo fazendo programas. Nos primeiros meses deste estudo, Rafaela prostituía-se nas ruas do Bairro Bosque, e, posteriormente, frequentou uma área de prostituição na cidade de Paulínia, próxima a Campinas. No final da pesquisa, Rafaela não fazia mais prostituição de rua, encontrando seus clientes por anúncio de jornal e contatos obtidos por meio do seu blog. Esta mudança se deu por conflitos do mercado do sexo e também por busca de mais segurança e “melhores clientes”. Afinal, como ela relatou, ultimamente ela combina tudo por telefone, acrescenta o valor do taxi no programa, e o cliente a espera direto no motel (DUQUE, 2009, p.37).

¹ Termo êmico utilizado para descrever a prostituição de travestis.



A partir da ambiguidade presente na fala da entrevistada pode-se concluir que, mesmo aquelas que não se prostituem, reconhecem a importância do ato e do ambiente na solidificação da identidade de gênero supracitada. É de suma acuidade e prudência pontuar que a relevância na construção identitária não ofusca outros entraves sociais, políticos e históricos, como a prostituição infantil, a violência anteriormente suscitada, a utilização desses espaços como viés e subterfúgio para tráfico de drogas, entre outros. Contudo, a utilização destes locais como recinto fomentador de trocas de experiência e de transmissão de valores simbólicos é inquestionável.

Neste sentido, são validadas as pesquisas e produções etnográficas mencionadas no decorrer deste artigo, mesmo reconhecendo as vicissitudes e instabilidade do cenário noturno, imputam às esquinas o mérito de sociabilizar corpos, vidas e histórias concebidas como abjetas.

Esta concepção é claramente perceptível nas ideias de Kulick (2008) quando o antropólogo aponta que

A prostituição de travestis não é apenas uma fonte de renda, mas também uma fonte de experiências prazerosas e compensadoras. Ao invés de considerar a prostituição como uma forma degradante de exploração sexual, as travestis a veem como um trabalho, assim como qualquer outro – com a diferença que na rua elas não têm chefe, exceto elas mesmas – e que lhes garantem acesso a muito mais dinheiro do que conseguiriam em outros empregos assalariados. Além disso, a prostituição é a única esfera da sociedade brasileira onde as travestis podem ser admiradas e reconhecidas. A prostituição faz com que elas se sintam sexys e atraentes. É o único contexto em que elas podem desenvolver ainda mais sua autoestima, valor pessoal, autoconfiança, além de se sentirem objetos de verdadeiros e intensos desejos (KULICK, 2008, p.151).

O bojo discursivo atinente às travestilidade permeia, na contemporaneidade, algumas investigações acadêmicas que questionam esse modelo engendrado conferido à sociabilização de travestis. A elaboração dessa nova problemática aglutina algumas das etnografias aqui apontadas – Benedetti (2005), Kulick (2008), Duque (2009) e Pelúcio (2009) – e é demarcada por um viés sociopolítico. A relevância de tal reside na afirmação que os argumentos descritivos comuns nas etnografias carecem de uma inclinação analítica.

Este exercício propicia a incorporação de temáticas como a militância e a luta política das travestis na atualidade, a introdução das novas modalidades de identidade coletiva



intrínseca à travestilidade, a função e importância de ONGs e associações como a ANTRA² nessa dinâmica circunstancial, entre outros.

Em recente dissertação de mestrado, Carvalho (2011) aborda as novas práticas de enfrentamento social e político do movimento de travestis e transexuais brasileiros. Com o intuito de explorar as demandas inerentes à promoção de políticas públicas e identitárias, o autor investiga fatores como a trajetória do movimento, as pautas e agendas das discussões o impacto e o acompanhamento psicossocial voltado para as transformações corporais ligadas ao acesso à saúde no Brasil, dentre outros aspectos.

Trânsitos sociopolíticos possíveis? As novas nuances da travestilidade no Brasil.

Em meio ao turbilhão social quase sempre vinculado ao cotidiano travesti, alguns episódios contemporâneos ilustram alguns desdobramentos que, mesmo sendo pontuais, representam uma mudança significativa na construção sociopolítica de tais indivíduos. Paralelos aos assassinatos, aos atos discriminação e transfobia, conquistas expressivas merecem destaque e evidência.

Mesmo sendo o ano em que mais travestis foram assassinadas por transfobia no Brasil, o ano de 2012 foi, sem dúvidas, marcante para o processo de construção de uma nova forma sociabilidade de travestis no cenário nacional. No dia 17 de agosto do ano supracitado a imprensa brasileira borbulhava e compartilhava a seguinte informação: “*Professora defende tese e conquista o título de 1ª doutora travesti do país.*” O portal <g1.globo.com/ceara>, divulgou a notícia:

A professora cearense Luma Andrade defendeu tese nesta sexta-feira (17), em Fortaleza, e se tornou aos 35 anos a primeira travesti a ter título de doutorado no país. A banca de cinco professores que avaliaram o trabalho durante três horas indicou o material à publicação, segundo Luma: “Para além da nota, a indicação para publicação de um livro é ainda mais importante porque mostra que eles consideraram o trabalho de extrema relevância”, disse”. Luma pretende agora continuar a carreira acadêmica e já se prepara para o pós-doutorado.³

O feito de Luma, ocorrido na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC suscita uma série de discussões incutidas na tese que corrobora a necessidade de investigações científicas que contemplem a cidadania travesti. Vale ressaltar, como foi citado,

² Sigla representativa de Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros.



que existe certa quantidade de produções nacionais envolvendo a travestilidade. Estas, porém, possuem como núcleo de investigação o modelo engendrado que preconiza a dicotomia corpo/clientela, ficando em segundo plano a promoção de políticas públicas (transpolíticas).

No tocante às transpolíticas, deve-se realçar o papel politizador da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA). Criada em 2010, a entidade possuía a proposta de criação discutida desde o ano de 1993, durante a realização do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS).

Keila Simpson, presidenta da ANTRA, explica o processo que sucedeu o encontro de 1993 e fomentou a criação da articulação. Menciona:

Começamos a trabalhar em rede as linhas gerais e específicas das propostas que corroborariam as reivindicações que chegaram de diferentes lugares do país. Foi só a partir daí que começaram a serem organizadas várias propostas, em nível nacional, que resultaram em políticas públicas, como a inclusão do nome sócias nas instâncias de saúde. Ainda é pouco, mas é um bom começo. A realização de campanhas de massa, como a “Travestis e Respeito”, marca também uma fase importante da vida dessa população. Atualmente, as forças de travestis estão voltadas para o Plano Nacional para o Enfrentamento da Epidemia de Aids e outras DSTs que os atingem (Simpson, 2011, 116).

Além das campanhas de prevenção à DSTs e Aids, outra pauta de grande discussão da ANTRA é a utilização do nome social por travestis e transexuais. Alguns estados brasileiros já asseguraram tal direito às pessoas trans. A Bahia é um desses exemplos, cujo benefício foi outorgado pela Secretaria da Administração e pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. A portaria conjunta SAEB/SJCDH n° 01 de 06 de setembro de 2012 em seu artigo primeiro infere que “Fica assegurado aos servidores públicos travestis e transexuais o direito à escolha de utilização do nome social nos atos, procedimentos e processos da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional, na forma prevista nesta portaria.”⁴

Outro estado nordestino que também concedeu a utilização do nome social foi o Rio Grande do Norte, conforme prescrito no Decreto Estadual n° 22.331, de 12 de agosto de 2011 que “Dispõe sobre o direito ao uso de nome social por pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Norte.”

³ Disponível em <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/travesti-defende-tese-e-conquista-titulo-de-primeira-doutora-do-pais.html>, acessado em 07 de julho de 2014.

⁴ Informações disponíveis em <http://www.doistercos.com.br/governo-baiano-aprova-o-uso-de-nome-social-para-travestis-e-transexuais-veja-aqui-a-portaria/>, acessado em 07 de julho de 2014.



Ao fazer um balanço geral acerca da atual situação do cotidiano trans, Simpson (2011) é categórica “(...) há melhoras evidentes para a população de travestis brasileiras, mas ainda está muito aquém do ideal para o segmento, que ainda vive à custa de portarias para o reconhecimento de sua identidade social” (Simpson, 2011, p.116).

A colocação da presidenta da ANTRA, contrastada com os dados do relatório da violência homofóbica do ano de 2012, demonstram um retrato claro da condição de marginalização, violência, inclusive letal, às quais travestis e os demais elementos que constituem a pluralidade LGBT no Brasil ainda são submetidos.

As dinâmicas abordadas desde os primeiros capítulos denotam que os números aqui apresentados são apenas a face mais visível deste complexo de jogo de construções simbólicas calcadas na dominação.

Neste sentido são validadas as acepções de Keila Simpson, quando esta propõe:

[...] podemos dizer que, por parte das lutadoras, muito se tem feito e pouco se tem reconhecido. Mas as travestis não se renderão jamais, pois sobreviveram à violência e às torturas policiais, quando presas sem terem cometido nenhum crime. Travestis enfrentam uma sociedade machista e preconceituosa, resistem à vida nas ruas após serem expulsas de casa, apenas por não parecerem com os irmãos do sexo masculino; aprendem na escola da vida, porque a escola convencional não está preparada para recebê-las; batalham todos os dias para estarem e permanecerem em uma sociedade transfóbica. Enfim, resistem a todos os percalços e por isso são pessoas vencedoras e especiais (Simpson, 2011, p.117).

O discurso de Keila, travesti e militante, imputa veracidade e corrobora apontamentos teóricos dos autores utilizados na confecção deste ensaio. O fala da presidenta da ANTRA assinala como a produção de autores com Kulick (2008), Benedetti (2005), Pelúcio (2009), delinea uma realidade marcada por idiossincrasias de preconceito, exclusão e segmentação.

O que ambos também partilham é a certeza de que a busca por inclusão e respeito depende da luta, da militância, do duelo diário. Mais do que o reconhecimento da travestilidade enquanto categoria de gênero ou a utilização do nome social, esse indivíduos batalham por um futuro mais justo e menos opressivo. Onde os gêneros e as sexualidades não representem empecilhos para cidadania, onde seja assegurada a dignidade, onde se possa viver de dia.



Referências

- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção de travestilidades na adolescência*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annabume, 2009.
- PERES, Wiliam Siqueira. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania*. Tese de Doutorado – PPG em Saúde Coletiva/ Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro, 2005.
- SILVA, Hélio. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- SIMPSON, Keila. Travestis: entre a atração e a aversão. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2012/08/travesti-defende-tese-e-conquista-titulo-de-primeira-doutora-do-pais.html>, acessado em 07 de julho de 2014;
- <http://www.doistercos.com.br/governo-baiano-aprova-o-uso-de-nome-social-para-travestis-e-transexuais-veja-aqui-a-portaria/>, acessado em 07 de julho de 2014;